

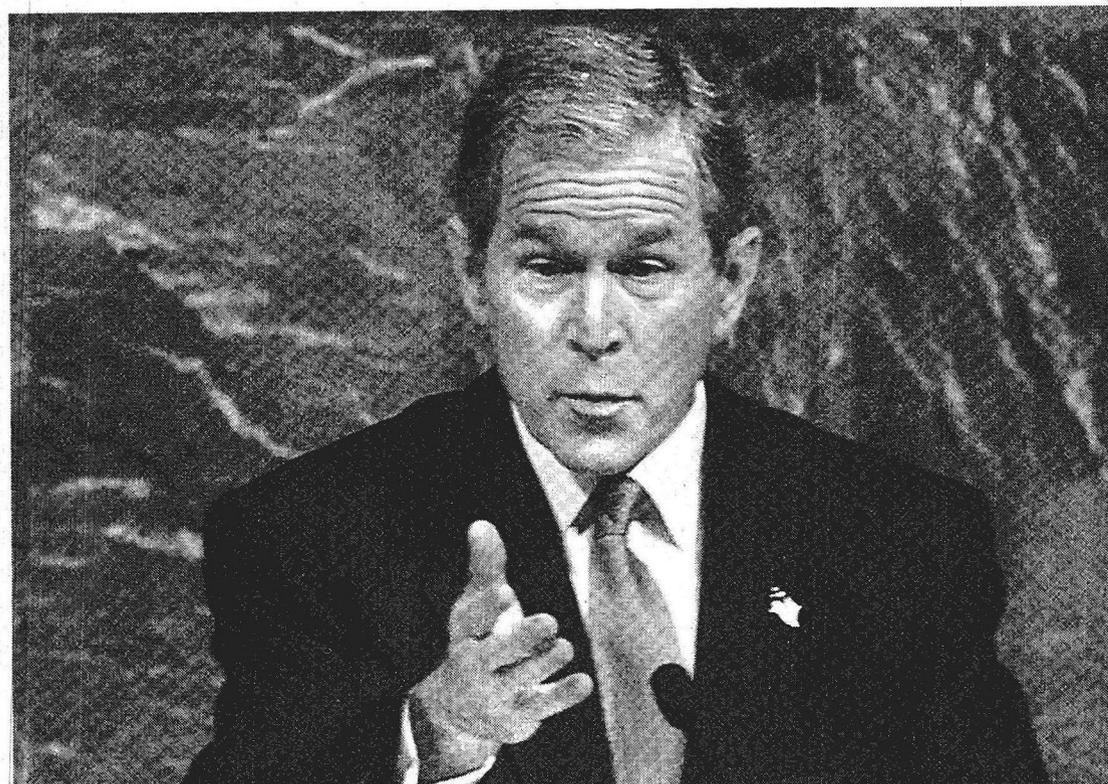
O defensor das nações emergentes

Presidente insiste na ampliação do Conselho de Segurança, condena terrorismo e diz que Brasil receberá refugiados afegãos

Fotos de Timothy A. Clary/AFP



Fernando Henrique faz críticas ao protecionismo na abertura da Assembléia Geral da ONU



Bush discursa após FH e conclama nações a enfrentar a "ameaça do terrorismo internacional"

NOVA YORK – O presidente Fernando Henrique Cardoso reivindicou ontem, em discurso na abertura da Assembléia Geral da ONU, a ampliação do número de membros do Conselho de Segurança da organização, de forma a incluir nações emergentes entre as que têm poder de decisão no seletivo grupo. “Já não faz sentido circunscrever a um grupo tão restrito de países a discussão dos temas que têm a ver com a globalização e que incidem forçosamente na vida política e econômica dos países emergentes.” O grupo é composto por 15 dos 185 países que integram a ONU, mas apenas cinco – Reino Unido, Estados Unidos, França, Rússia e China – têm poder de veto em suas resoluções. Fernando Henrique foi o primeiro chefe de Estado a falar após o discurso do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. O presidente americano, George W. Bush, veio a seguir.

Fernando Henrique reiterou o apoio ao governo dos Estados Unidos em seu contra-ataque aos atentados terroristas de 11 de setembro, classificados como uma “agressão à humanidade”, e disse que o Brasil está disposto a receber refugiados afegãos. Lembrou que não se trata de uma guerra contra um país ou contra uma religião e, por isso, é preciso apoiar aqueles que sofrem no Afeganistão. “O Brasil espera que, apesar de todas as circunstâncias, não se vejam frustradas as ações de ajuda humanitária ao povo do Afeganistão. Mais ainda: dentro de nossas possibilidades, estamos dispostos a abrigar refugiados que queiram integrar-se ao nosso país. Há coisas que são óbvias, mas que merecem ser repetidas: a luta contra o terrorismo não é, nem pode ser, um embate entre civilizações. Menos ainda entre religiões”, disse.

Solidariedade – O presidente brasileiro reafirmou a necessidade de fortalecimento dos organismos multilaterais para a conquista de um futuro mais justo e solidário no planeta. Apesar de analistas terem previsto que ele poderia amainar as críticas depois do encontro que teve na Casa Branca com George Bush, na quinta-feira, Fernando Henrique voltou a defender a redução do protecionismo comercial e a flexibilização das patentes de medicamentos, como fizera na Europa, há pouco mais de uma semana.

“É indispensável a eliminação das práticas e barreiras protecionistas nos países desenvolvidos. O Brasil buscará encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessária preservação dos direitos de patente e o imperativo de atender aos mais pobres.” E concluiu: “A vida há de prevalecer sobre os interesses materiais.”

A defesa dos direitos humanos, do fortalecimento do Tribunal Penal Internacional, da não-proliferação de armas de destruição em massa, do desarmamento e da adesão ao Protocolo de Quioto foram enumerados como pontos primordiais para as mudanças necessárias no processo de globalização.

O presidente brasileiro conclamou os países membros da ONU a procurar instrumentos financeiros internacionais que fomentem o desenvolvimento e a pôr fim aos paraísos fiscais, que servem para proteger terroristas e a corrupção.

Palestina – A criação de um Estado palestino “democrático, coeso e economicamente viável”, foi outra bandeira de Fernando Henrique. Segundo ele, “esta é uma dívida moral da ONU. É uma tarefa inadiável.”

Logo após discursar, Fernando Henrique reuniu-se com o se-

cretário-geral da ONU, Kofi Annan, para assinar a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo. Pelo documento, os países signatários são obrigados a cooperar judicialmente na detenção, extradição e punição de pessoas ligadas direta ou indiretamente a redes terroristas.

Quioto – Em seu discurso, o presidente anunciou que acabara de receber a notícia do sucesso das negociações de Marrakesh, no Marrocos, sobre o Protocolo de Quioto. Disse que recebeu a notícia com satisfação e informou que enviará ao Congresso Nacional o pedido de ratificação do protocolo.

Em Marrakesh, Olivier Deleuze, ministro de Meio Ambiente da Bélgica, que ocupa a presidência pró-tempore da União Européia (UE), afirmou que a entrada em vigor do protocolo era irreversível. A UE se comprometeu a ratificar o Protocolo de Quioto até setembro de 2002, quando se realiza, em Joanesburgo, África do Sul, a segunda Cúpula da Terra.

A declaração aprovada em Marrakesh traduz em termos jurídicos o acordo político alcançado este ano em Bonn, na Alemanha, e abre caminho para a sua ratificação. O protocolo prevê a redução, por parte dos países industrializados, de 5,23% da emissão de gases de efeito estufa entre 2008 e 2010, em comparação com o que foi emitido em 1980.

Os Estados Unidos, responsáveis por 25% da emissão dos gases de efeito estufa, já se negaram a assinar o protocolo, que entrará em vigor após a ratificação de 55 países que, juntos, somem 55% do total da emissão dos gases na atmosfera.